



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 15/2009** -----

-----Aos vinte e três dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**-----

Doc. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 22 de Junho de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.388.270,38 € (Um milhão trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta euros e trinta e oito cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

ASSUNTOS

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 - INTERVENÇÃO DA SRª VEREADORA MARIA JOSÉ FEIXINHO-----

1.1.1 – “II EDIÇÃO DO FESTIVAL DA CANÇÃO INFANTIL”/ “IV EDIÇÃO DA FEIRA DO LIVRO”/ “ENCONTRO GIMNICO” - CONGRATULAÇÃO-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho congratulou-se com a realização da II Edição do Festival da Canção Infantil, organizado pelo Município de Oliveira do Hospital e que se realizou no passado dia 30 de Maio, regozijando-se pelo facto do evento ter sido realizado no Parque do Mandanelho. Salientou ainda que “foi um espaço digno para um espectáculo com elevada dignidade também. E portanto, penso que tivemos todas as condições logísticas para apreciar aqueles jovens talentos. Foi um espectáculo muito bonito, e para mim, foi se calhar, até agora, a melhor noite aqui na cidade, estava fantástica com um ambiente muito bom. Foi bonito de se ver, de se estar ali e, nomeadamente, perceber que, embora a sério, as crianças conseguem levar aquilo a brincar, ou seja, têm outra capacidade de aceitar os resultados, na medida em que são quinze concorrentes e apenas três é que são premiados. Estiveram todos com um *fair play* muito grande, gostei imenso de os ver a aplaudir e a divertirem-se enquanto os colegas actuavam e isso é muito bom, é um sinal de que eles sabem estar e compreendem que estão ali para se divertirem antes de mais.” Congratulou-se ainda



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

com a realização da “IV Edição da Feira do Livro”, que decorreu de 03 a 07 de Junho, cumprimentando o executivo em permanência pelo esforço que fez no sentido de reagir às adversidades das condições climatéricas que se fizeram sentir, nomeadamente para alterar o local onde era previsto realizar-se o evento. Disse ainda pensar que “foi um evento que voltou a preencher o nosso calendário, ao qual as pessoas já se vão habituando e gostam. É a oportunidade de fazer negócio, é uma oportunidade de nos enriquecermos com todos os eventos associados à Feira do Livro e, enfim, tudo isso é bom”. Congratulou-se também com a realização do Encontro Gímico, uma actividade associada à Feira do Livro, por considerar que “são eventos que acabam por traduzir a importância das Actividades de Enriquecimento Curricular, na formação, ou no complemento formativo, que as crianças que frequentam o Ensino Básico estão a receber. E portanto, há ali um culminar de todo um trabalho realizado ao longo do ano que nos permite aferir que, embora com uma ou duas horas semanais, afinal trabalha-se muito, e isso é importante nós percebermos. Sendo actividades facultativas percebe-se que os professores são altamente qualificados e empenham-se verdadeiramente, não são obrigados a participar neste tipo de eventos mas fazem gosto nisso, sentem-se motivados, as crianças correspondem muito bem, e portanto, acho que, realmente, estamos pelo menos a despertar talentos com este apoio que se vem dando na contratação com todas as condições favoráveis que o Município de Oliveira do Hospital tem para esses professores e essa motivação acaba depois por também se traduzir na qualidade do trabalho desenvolvido”. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente referiu que, efectivamente, estas actividades assumiram-se como uma mais valia, salientando que “foram muito importantes, não só para os jovens que participaram nas mesmas, mas também para os pais que os acompanharam, e isso é um aspecto que me parece marcante no conceito do desenvolvimento destas iniciativas. Assim como também é um aspecto importante no complemento de formação dos jovens, nomeadamente em relação ao conceito de aceitação, ou seja, no âmbito das suas intervenções aprendem a aceitar que o/a seu/sua colega é melhor do que eles num determinado aspecto, sendo esse um facto muito relevante para que em termos educativos, no contexto familiar, exista maior aceitação daquilo que os pais e encarregados de educação afirmam/recomendam. Por isso, estas actividades de enriquecimento curricular tem, no fundo, essa valia, que é de por um lado despertar nas crianças e jovens a atenção e eles poderem verificar que são capazes de fazer algo mais do que aquilo que eles próprios pensam, quer seja no domínio da música, quer seja no domínio do teatro, quer seja no domínio da educação física ou a qualquer outro nível, e isso é extremamente importante. E depois, a realização destas actividades é também importante para eles sentirem que alguém aprecia o trabalho que realizam ao longo do ano. Aliás, foi nesta perspectiva que se lançaram estes eventos, e estou convicto de que o encontro gímico, a médio prazo, atingirá um nível muito superior ao que este teve, ou seja, de maior aplicação e de maior nível de desenvolvimento por parte dos jovens. E portanto, nessa perspectiva estas actividades são fundamentais”. -----

-----1.1.2 – ESCOLA BÁSICA DE SENHOR DAS ALMAS – PEDIDO DE INFORMAÇÕES-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho referiu-se à manifestação de protesto feita pelos encarregados de educação das crianças que frequentam a escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Senhor das Almas, pelo facto do Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas ter anunciado a intenção de transferir alguns dos alunos daquele estabelecimento de ensino para as escolas de Santa Ovaia e Nogueira do Cravo, em virtude do edifício da EB1 de Senhor das Almas se encontrar em deficientes condições físicas. Questionou o Sr. Presidente da Câmara se, face ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

encerramento do ano lectivo 2008/2009 está programada alguma intervenção para aquele edifício, e bem assim se efectivamente se vai despoletar o encaminhamento de alunos da EB1 de Senhor das Almas para Nogueira do Cravo ou para Santa Ovaia, como anunciado. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que “na sequência das preocupações transmitidas pelas Sra. Vereadora Maria José Feixinho, questiono o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte, o Município de Oliveira do Hospital possui uma Carta Educativa que define quais os equipamentos educativos que existem no concelho e qual é a sua área de cobertura, qual a resposta que dão em termos territoriais, cada um dos equipamentos, hoje, observamos esta situação no Senhor das Almas, há ali alguma inquietação, ou bastante inquietação, por parte dos pais relativamente à escola, a pergunta que eu faço é se a escola vai encerrar ou não, se a Câmara vai fazer ou não as obras de melhoria para aquele espaço, portanto, o que é que vai acontecer àquela escola, e mais especificamente aos alunos que a frequentam, no próximo ano lectivo”.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu de que “existe efectivamente a Carta Educativa que foi aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. E é uma Carta Educativa, se não estou em erro, para quatro ou cinco anos, o que significa que, aquilo que está previsto em Carta é para acontecer, pode ser retardado um ou dois anos, mas é para acontecer, ou seja, eu percebo a dita inquietação dos pais, quando há mudança, há sempre inquietação, sempre houve. E portanto, é bom que também os pais se vão preparando para as mudanças que vão ter de existir ao nível do sistema educativo. E essas mudanças têm apenas um objectivo - a melhoria das aprendizagens para os seus filhos, e é nisto que os pais devem concentrar a sua atenção. A atenção dos pais deve ser concentrada naquilo que traz a mudança, se a mudança traz ou não melhorias nas aprendizagens, e não, se a mudança traz ou não um facto novo de ter que haver uma deslocação de 500 ou 600 metros, ou de 1000 metros, para que a criança, em vez de frequentar um espaço, frequente outro espaço na mesma freguesia com melhores condições, não só físicas, como também ao nível das aprendizagens. E digo isto com todo o à vontade, porque a Câmara não está envolvida em qualquer um destes processos, é um processo que diz respeito à gestão do Agrupamento, que fique bem claro aqui, e que não haja alguns a querer trazer para o plano político, aquilo que é do plano educacional. E nós estamos aqui a falar de questões no domínio educacional, e estamos a falar de questões que têm sido tratadas, neste caso, pelo futuro Director do Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas. E portanto, não queiramos trazer para a praça política, aquilo que é do domínio educacional, porque é muito mau quando assim acontece. E portanto, eu percebo todas as inquietações, percebo todas essas coisas, percebo tudo isso que é da resistência à mudança, agora, digo aqui claramente e objectivamente que, enquanto Presidente da Câmara, não fui ouvido nem achado, nem “meti prego nem estopa neste processo”. É um processo que tem a ver, única e exclusivamente com a gestão do Agrupamento, que respeito inteiramente, e que, não sei, se eventualmente fosse eu o Director ou o responsável se estaria ou não a percorrer o mesmo caminho, desta forma ou de outra. Porque o mesmo caminho, e aqui não foi falado, e já agora fale-se também, o mesmo caminho tem sido percorrido pelo Agrupamento do Vale do Alva, relativamente à única escola que ainda está em funcionamento no território daquele Agrupamento, que é a de Avô. Portanto, o Agrupamento de Escolas do Vale do Alva tem percorrido este mesmo caminho, e ninguém ouviu zurzir o que quer que fosse, relativamente às reuniões que têm havido entre os responsáveis do Agrupamento e os pais das crianças, e as posições que tem sido tomadas. Portanto, isto que fique aqui bem claro, e que não andem para aqui “alguns senhores”, a querer fazer disto “medalha política”, porque aqui não há medalhas políticas, aqui é uma questão meramente educacional, que está a ser tratada no âmbito estritamente educacional por quem deve ser tratada”. --



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “nós sabemos perfeitamente que a Câmara Municipal não pode propriamente aliviar responsabilidades, até porque, como sabe a Câmara, objectivamente, e nos termos da Lei, tem competências na área educativa. Não queria, também eu, naturalmente, transpor para a luta política aquilo que é a natural política educativa da responsabilidade do Município. Não é esse o meu intuito, agora, a Câmara tem objectivamente responsabilidades em termos de política educativa, por isso mandou fazer a Carta Educativa.”-----

-----O Sr. Presidente lembrou que “existem no domínio da Educação, e no caso em particular do Primeiro Ciclo, duas questões fundamentais - as instalações, parte física dos equipamentos, da responsabilidade da Câmara, e a parte pedagógica - gestão pedagógica, gestão de professores e de alunos, e essa é da responsabilidade do respectivo Agrupamento de escolas. E portanto, por aquilo que eu percebi, o Agrupamento entende que é mais benéfico, pedagogicamente, para os alunos se os 3º e 4º anos forem para a escola de Nogueira do Cravo. Essa é a interpretação do Agrupamento, e esta interpretação não tem nada a ver com instalação, mas sim com uma interpretação pedagógica da entidade competente relativamente à situação. E por isso é que eu disse “cada coisa no seu patamar”. O Agrupamento considera que é mais importante pedagogicamente para os alunos se no Senhor das Almas funcionar o 1º e 2º ano e o 3º e 4º ano seja deslocado para a escola de Nogueira do Cravo. E aquilo que eu também deparei é que há resistência dos pais a esta mudança, nomeadamente por parte daqueles que têm filhos no 3º e 4º ano e que vão para a escola de Nogueira do Cravo. Caso se venha a verificar, para a Câmara Municipal traz mais problemas ao nível de transportes, pois se esta for a opção temos que transportar esses jovens, a tempo e horas, quer para a escola quer de regresso a casa.”-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu ainda que “isso é centrado nos seus argumentos, agora, como disse, a Câmara Municipal tem responsabilidade ao nível da manutenção dos equipamentos, tem um pouco mais porque também tem ao nível pedagógico uma vez que desenvolve as Actividades de Enriquecimento Curricular que de alguma forma são também uma componente pedagógica”, ao que o Sr. Presidente esclareceu que “a Câmara ao nível da componente curricular apenas paga aos seus professores, não define programas nem intervém ou age ao nível pedagógico, a não ser pagar os respectivos vencimentos àqueles docentes”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo prosseguiu referindo que “eu não me queria perder por aí. Agora, a Câmara tem responsabilidades em termos de política educativa. O Sr. Presidente disse na sua primeira explicação que “não foi tido nem achado neste processo”, eu vou partir do princípio que não esteve a mentir, acontece que, o Sr. Presidente do Agrupamento, a dada altura, em declarações à imprensa, diz que “acredita que a Câmara seja sensível ao pedido dos pais, e seja sensível à necessidade de fazer obras naquele espaço”, por isso é que foi colocada a questão se no próximo ano lectivo serão feitas obras naquele espaço e se a escola vai abrir. E uma outra questão, a propósito de dizer que “não foi tido nem achado”, é que, nas mesmas declarações à comunicação social, os pais das crianças lhe pedem uma reunião de trabalho para que possam ser ouvidos sobre o que os preocupa, e o que os inquieta. Percebi eu que, o objectivo dessa reunião era garantir que a escola não fecha e que iriam ser realizadas obras.”-----

-----O Sr. Presidente referiu que “eu acho que fui claro quando disse que “há uma Carta Educativa que foi aprovada por este executivo, e que foi aprovada pela Assembleia Municipal” e aponta num determinado sentido. Fui claro quando disse que isso vai acontecer daqui por um ano ou por dois anos, mas vai acontecer. Ou seja, na Carta Educativa, está lá escrito pelos técnicos o que é que está definido em termos dos territórios educativos. Fiz referência ao caso concreto de Avô, em que foram feitas diligências idênticas no Agrupamento de Escolas do Vale do Alva. E portanto, a opção é sempre dos pais conjuntamente com os respectivos responsáveis pelos Agrupamentos de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Escolas, não é opção da Câmara Municipal”, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que a Carta Educativa faz parte da política educativa do Município. -----

-----O Sr. Presidente lembrou que “os Agrupamentos de Escolas têm de cumprir as regras estabelecidas pelo Ministério da Educação, e neste caso são as regras que determinam que desde que exista um determinado número de alunos o lugar pode manter-se, justificando a respectiva manutenção. E portanto cumpram com a Lei. Agora, não queiram, habilidosamente empurrar para cima da Câmara, aquilo sobre a qual a mesma não tem que se pronunciar”, ao que o Sr. vereador José Francisco Rolo lembrou que a Câmara tem responsabilidades relativamente à Carta Educativa do concelho, que mandou elaborar e aprovou. -----

-----O Sr. Presidente referiu que já aqui deu conta de quais são as responsabilidades da Câmara Municipal no âmbito desta matéria, pelo que entende que não vale a pena o Senhor Vereador insistir com este assunto porque não dirá mais do que aquilo que já referiu, remetendo-o para a Lei em vigor e cuja responsabilidade de aplicação é do Governo. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo disse ainda que “se o seu partido chegar a ser Governo nós havemos de ter tempo suficiente, porque espero que haja esse espaço e essa disponibilidade, para conversar e vermos que alterações de fundo vai fazer à política educativa do país. Registe aquilo que eu lhe digo”, ao que o Sr. Presidente referiu que “o meu Governo, se existir, será inteligente se não mexer muito no sistema, porque o pior que tem acontecido ao nosso país é andarmos sempre com essas mexidas, e depois ninguém se entende, e portanto, qualquer Governo será inteligente se não mexer muito e fizer ajustamentos naquilo que efectivamente haja de menos positivo no sistema, é isso que deve fazer qualquer Governo que seja inteligente, corrigir o que está menos bem, e manter o que está bem. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “como sabe, sobre a Carta Educativa, nós tivemos a nossa posição crítica e discordante em relação a várias opções que constavam da mesma. Agora, é esta questão que aqui fica, se será sensível aos argumentos dos pais e dos alunos e do Agrupamento, e se entretanto já reuniu com os pais?” -----

-----O Sr. Presidente respondeu que ainda não reuniu nem tem que o fazer, dando conta de que “a reunião que eu tenho que fazer, eventualmente, é com o Sr. Director da Escola que se assim o entender poderá solicitar uma reunião à Câmara”, sublinhando que apenas tem que se reunir com os responsáveis pela aplicação das políticas educativas no concelho de Oliveira do Hospital. Disse ainda entender que os pais têm é que ponderar muito bem sobre aquilo que é melhor para os seus filhos, ou seja, onde é que os seus filhos vão beneficiar mais, se é mantendo-se no Senhor das Almas, ou deslocando os seus filhos para a escola de Nogueira do Cravo. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo mais referiu que “continua sem me responder, mas parto de princípio que vai intervencionar a escola e vai melhorar as suas condições para que continue a funcionar no próximo ano lectivo”. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra esclareceu que “antes da escola Básica de Senhor das Almas existir, a escola de Galizes já existia, e o problema que já na altura se verificava era que as crianças tinham que se deslocar a pé até lá e até Nogueira do Cravo. Quando se pensou construir a escola de Senhor das Almas, houve em Nogueira do Cravo quem se opusesse à sua construção, no entanto a sua construção foi concluída. Agora os tempos mudaram e, em termos pedagógicos, não faz sentido termos equipamentos a ser desperdiçados e estar a gastar dinheiro noutros para se fazerem melhorias, quando os problemas podem ser resolvidos de outra forma, deslocando as pessoas. É certo que a Carta Educativa foi aprovada, no entanto há uns alunos que trabalham de manhã e outros de tarde. Se é possível pô-los todos a trabalhar durante o dia, é certo que pedagogicamente devem estar juntos de manhã e de tarde. Por outro lado está demonstrado cientificamente que ninguém pode ser educado isoladamente. Se há uma medida do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Estado que diz “encerrem-se as escolas com menos de x alunos”, há uma razão pedagógica para assim ser. A sociabilidade e a cidadania, só se criam em competição e em conjunto. Portanto, todas as medidas que possam ser tomadas amanhã, nomeadamente com a deslocalização dos alunos de Senhor das Almas para Nogueira do Cravo, eu julgo que devem ser tomadas, porque isso só pode beneficiar os alunos de Senhor das Almas, e até os de Nogueira do Cravo, todos eles. O encargo que pode advir do transporte é mínimo em relação ao benefício que daí pode advir. É uma mudança outra vez, mas eu próprio já expliquei a várias pessoas do Senhor das Almas aquilo que se passava. É certo que dói imenso ver por aí alguns equipamentos fechados, espero que de futuro não se façam investimentos para que fiquem ao abandono. A minha intervenção nada tem a ver com política, a minha intervenção é meramente pedagógica e de gestão”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que é por essa razão que espera, daqui por dez anos, poder ver aquilo que vai acontecer com determinadas infraestruturas que existem hoje. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “nomeadamente aquilo que designou de Centro Educativo de Oliveira do Hospital foi uma má opção, porque o Senhor vai acabar por reconhecer que essa escola está subdimensionada para o crescimento da população, no tal horizonte que aqui estipulou de dez anos, porque vai acabar por ser insuficiente, não tenha dúvidas disso. A menos que a cidade de Oliveira do Hospital comece a perder população o que seria muito mau sinal”, ao que o Sr. Presidente esclareceu ter sido bem claro quando referiu que os 3º e 4º anos, tendencialmente, terão que funcionar na sede do Agrupamento para ocupar algumas das suas instalações, porque reconhece que esse é um problema que vai existir, não só em Oliveira do Hospital mas em Lagares, na Cordinha e no Vale do Alva.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “o erro político que cometeu é que não tendo construído um novo Centro Educativo agora, daqui a 10 anos a ser construído, não vai ter as ajudas da União Europeia que hoje teria. Essa é também a diferença.”-----

-----**1.1.3 – REQUALIFICAÇÃO DO LARGO RIBEIRO DO AMARAL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Feixinho referiu-se também às obras de requalificação do Largo Ribeiro do Amaral, sublinhando que “finalmente começa a aparecer a fisionomia final daquele espaço”. Questionou o Sr. Presidente da Câmara relativamente à previsão da reflorestação do Largo, uma vez que já percebeu que se encontram reservados os respectivos espaços para a plantação ou transplantação de árvores. No que diz respeito às artérias da cidade que também foram alvo de requalificação, e cujos trabalhos já foram concluídos, questionou igualmente sobre se estará para breve a instalação de sinalética dessa vias, por considerar que a falta das mesmas está a causar alguns embaraços aos seus utilizadores. -----

-----O Sr. Presidente referiu que as árvores já estão plantadas, dando conta de que o que falta fazer ao nível da jardinagem, é a plantação de espécies arbustivas nas zonas em que foi aplicado plástico, para evitar o aparecimento de ervas, e colocadas corcódoas, e na zona relvada que numa parte já foi semeada, mas que, em determinados pontos não nasceu muito bem, situação para a qual já alertou o empreiteiro adjudicatário da obra. Disse ainda que, na sequência de abertura de concurso público para cessão de exploração do “Café Central”, já se procedeu à encomenda dos equipamentos, com vista ao funcionamento daquele espaço, à excepção da máquina de café e torre de cerveja/sumos, por considerar que se trata de um equipamento que se adquire no âmbito da contratualização celebrada com a empresa responsável pelo fornecimento do café e de cerveja/refrigerantes. Disse ainda que está também encomendado o respectivo mobiliário, quer para o interior, quer para o exterior (esplanada). Explicou também que aguarda a remessa da proposta de orçamento com vista à aquisição das louças, que irão ter gravado o logótipo do café. Referiu no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

entanto esperar que a obra esteja concluída o mais rápido possível, lembrando que só agora foi feito contrato com vista à aquisição do sistema de vigilância e controle para instalar no silo. Concluiu referindo que haverá um elemento surpresa, que será colocado no Largo, mas que só será visível aquando da sua inauguração. Sobre a pintura das vias intervencionadas referiu que há ainda uma via por concluir, admitindo que o empreiteiro possa estar a aguardar a conclusão dessa via para depois efectuar as respectivas pinturas, salientando que é sua intenção dar indicações aos serviços no sentido de que, se for possível, se possa aproveitar a oportunidade para avivar as pinturas já existentes nas outras vias que foram intervencionadas, nomeadamente nas passadeiras, para que fiquem bem visíveis a fim de evitar problemas de maior.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

-----**1.2.1 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – APLICAÇÃO DE NOVOS TARIFÁRIOS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida disse constar-se que a empresa Águas do Zêzere e Côa vai aumentar o tarifário referente ao fornecimento e abastecimento de água ao concelho de Oliveira do Hospital, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação referente a esta matéria. -----

-----O Sr. Presidente referiu que ainda não foi feita a negociação final do processo, dando conta de que está prevista a realização de uma reunião com a administração da empresa Águas do Zêzere e Côa para se fazer a análise da situação em baixa. Disse ainda que “por mais voltas que possamos dar, a água, face àquilo que é o seu custo de captação, tratamento e distribuição, vai ter que aumentar no preço praticado no consumidor”.-----

-----**1.2.2 – AUMENTO DE DESEMPREGO NO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida disse ainda ter lido nos órgãos de comunicação social que o desemprego aumentou quer ao nível do país, quer ao nível do concelho de Oliveira do Hospital, manifestando a sua preocupação face a tal situação, nomeadamente por se aperceber que não são criadas condições de combate para esta situação social que se vive no concelho e que considera ser muito grave, lembrando ainda a possibilidade de encerramento da fábrica de confecções HBC, com sede em Oliveira do Hospital. -----

-----O Sr. Presidente referiu que o aumento de desemprego, infelizmente, não se verifica só no concelho de Oliveira do Hospital, mas sim ao nível do país, lembrando que mesmo o emprego sazonal que costumava aparecer nesta época do ano é muito inferior àquilo que se verificava em anos anteriores, por força dos movimentos turísticos que normalmente se traduzem nesta altura, e que são menores do que aquilo que era também habitual. Disse ainda que “este clima de recessão e de crise económica que é global, traduz-se também da mesma forma nos outros países, pelo que as pessoas têm ou demonstram algum receio de gastar hoje, o que lhes pode fazer falta amanhã, e nessa perspectiva este é um problema”. Quanto à questão da Mundiveste, referiu que aquilo que foi feito foi uma suspensão dos contratos, salientando que a informação que obteve é de que, em Setembro, a empresa prevê reabrir as portas. Disse ainda entender que o posicionamento da Mundiveste, relativamente a esta matéria, foi extremamente positivo e cauteloso, quer por parte dos trabalhadores, quer por parte dos proprietários da empresa, sublinhando que “a meu ver foi uma medida inteligente, sob o ponto de vista da cautela, sem que daí resultasse, em princípio, prejuízo,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

nem para os empresários, nem para os trabalhadores, e por isso, é até de louvar esta medida, e espero, sinceramente, que a sua reabertura se possa processar antes de Setembro”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “não houve qualquer encerramento da empresa, houve apenas uma suspensão temporária dos contratos e até é expectável que a empresa arranque com a laboração antes de Setembro. Pelo menos os seus responsáveis estão a trabalhar para isso”. -----

-----**1.2.3 – ANÚNCIO DE ABERTURA DA 2ª FEIRA MENSAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que os jornais têm vindo a anunciar a realização da 2ª feira mensal de Oliveira do Hospital, no dia 28 do corrente mês de Junho, salientando que “é agradável saber que vamos ter mais uma feira mensal. Recordo no entanto que a sua vocação deverá ser também, e especialmente, a promoção de novos agricultores ligados à agricultura biológica e hidropónica, ou seja, coisas novas e rentáveis, a que as populações do concelho possam vir a dedicar-se como forma de criar riqueza e ainda mais postos de trabalho”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que os agricultores têm espaço próprio no recinto da Feira, e que na sua opinião até é bastante. Salientou que, para já, os agricultores é que são poucos e os que lá se encontram a vender os seus produtos, na sua grande maioria, nem são do concelho de Oliveira do Hospital. Disse ainda que, provavelmente, e como forma de incentivo, a Câmara Municipal, no domínio da agricultura, deveria pensar em reduzir as taxas por ocupação dos espaços de venda na feira, ao que o Sr. Vereador Paulo Rocha lembrou que os espaços destinados aos agricultores já por si são de pequena dimensão, o que determina um custo reduzido a pagar pela ocupação. -----

-----**1.2.4 – PARCELA DE TERRENO NO PARQUE MERENDEIRO DE SENHOR DAS ALMAS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente sobre qual o ponto de situação relativamente à possível aquisição da pequena área de terreno existente entre a estrada de acesso a Nogueira do Cravo e o Parque Merendeiro do Senhor das Almas. -----

-----O Sr. Presidente referiu que, como já explicou noutras reuniões, ainda não conseguiu perceber quem é que é responsável por esta questão, dado que quando fala com o proprietário, este diz que o assunto é para ser resolvido pelo seu filho mais velho, e este, por sua vez, diz que o assunto apenas diz respeito ao seu pai. Explicou também que já dialogou com um outro filho e que este alegou que, por si, não haveria qualquer problema, o que explica que, no seu entender, quando há muitos herdeiros é sempre complicado resolver questões deste género. -----

-----**1.2.5 – POSTO DE VENDAS DE SENHOR DAS ALMAS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida manifestou o seu descontentamento pelo facto de verificar que o Posto de Vendas de Senhor das Almas continua fechado, salientando que “naturalmente que é mais fácil fazer qualquer crítica do que executar as coisas, tudo isso eu sei, mas a verdade é que não é muito abonatório em relação à nossa Câmara Municipal manter-se uma construção onde se investiu muito dinheiro em equipamento, e em tudo, está pronto a abrir e manter-se fechado. Já aqui falei sobre isto várias vezes, mas a verdade é que é um equipamento que continua ali fechado, e quando olhamos verificamos de que, realmente é uma pena que continue naquelas condições, sem se retirar rentabilidade nem se fazer a promoção turística do concelho tal como se previa aquando da sua construção”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente lembrou que inicialmente a intenção era celebrar um Protocolo com a Adega Cooperativa de Nogueira do Cravo, no sentido de poder ter este Posto aberto, uma vez que a Câmara Municipal, a seu ver, não está vocacionada para a exploração deste tipo de equipamento. Lembrou igualmente de que já foram efectuadas algumas tentativas, quer com a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, quer com a ADESA, e até mesmo no âmbito das Aldeias do Xisto, que, até ao momento, não possibilitaram a entrada em funcionamento do espaço.--

-----**1.2.6 – ESTRADA NACIONAL 17**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida deu conta de que os semáforos instalados ao longo da Estrada Nacional 17, nomeadamente em Vendas de Galizes e na Catraia, continuam avariados, sugerindo que se dê conhecimento desta situação à Estradas de Portugal, sublinhando que “ou não vêm, ou se vêm não querem saber, pelo que seria bom que a Câmara Municipal lhes fizesse essa referência e chamasse à atenção para a necessidade de serem arrançados. -----

-----O Sr. Presidente deu ainda conta de que recentemente dialogou com o actual responsável da Estradas de Portugal do distrito de Coimbra, e que este lhe explicou a forma como agora funcionam, dado que também perderam alguma autonomia, ou seja, propõem a realização de obras e, na sede em Lisboa, é que são preparados os respectivos processos de abertura de concursos públicos para o efeito. Disse ainda que na altura aproveitou para lhe fazer referência à avaria dos semáforos, mas que até ao momento a situação ainda não foi resolvida, pelo que iria novamente entrar em contacto com ele no sentido de que sejam tomadas as devidas providências.-----

1.3 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

-----**1.3.1 – PROCESSO DE REFLORESTAÇÃO DA QUINTA DA SERRANA**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----
-----“Sobre a Quinta da Serrana e sobre o seu processo de reflorestação que já vai em duas tentativas. Acho que é visível o abandono a que foi deixada a Quinta da Serrana nos dois processos de reflorestação. Eu acho que a postura e a actuação da Câmara Municipal perante aquele espaço deve ser revista e o abandono a que a quinta foi votada deve ser substituído pelo acompanhamento técnico, cuidado, e capaz. E digo isto porque o Município de Oliveira do Hospital dispõe de um Gabinete Técnico Florestal, e mais, dispõe de Organizações de Produtores Florestais, seja uma associação florestal, seja o sector cooperativo que podem fazer esse acompanhamento técnico aos projectos e aos processos de reflorestação da quinta que, como disse, já vai em duas tentativas que têm tido maus resultados. E digo isto porque a quinta na primeira intervenção foi reflorestada com recurso a um projecto financiado por dinheiros públicos, aplicam-se meios financeiros em vários sectores e neste caso deve haver também uma boa aplicação dos dinheiros públicos para fazer andar os projectos de forma capaz e com resultados, o que não foi o caso. Eu acho que devemos pugnar sempre por rentabilizar esses mesmos meios públicos disponibilizados e eu alertava para o facto que nos foi informado aqui pelo Sr. Presidente da Câmara “que o Município de Oliveira do Hospital se pode ver na iminência de devolver avultados meios financeiros ao Ministério da Agricultura por alegados incumprimentos. Portanto alertava para que houvesse um acompanhamento técnico mais cuidado, e mais capaz, ou do Gabinete Técnico Florestal, ou através da contratualização com as Organizações de Produtores Florestais, da Quinta da Serrana, nomeadamente do processo de reflorestação do espaço.”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente referiu entender que a situação descrita não corresponde à realidade, sublinhando que “a Quinta da Serrana tem sido limpa, todos os anos”. Disse ainda entender que os Protocolos foram mal feitos, sublinhando que “os protocolos não se podem fazer, para que apenas se tirem benefícios do espaço, e nada fazer pelo mesmo”, pelo que na sua opinião quando foi feito o Protocolo, nomeadamente com o Clube de Caça e Pesca, a Câmara Municipal, deveria ter assegurado, que aquele Clube seria responsável pela manutenção da mata, e isso não foi feito. Ou seja, dá-se benefício e não se tira nada em troca. Tiram-se benefícios, e para fazer o trabalho vai a Câmara Municipal”. Deu ainda conta de que foi feita a plantação dos carvalhos e, posteriormente, através de uma retancho, a substituição daqueles que não haviam vingado. Disse também que, embora este ano ainda não tenha sido feita a limpeza do espaço em, causa, todos os anos os funcionários desta autarquia se deslocam ao local para efectuar a limpeza da mata com uma máquina capinadeira. Concluiu referindo que a Quinta da Serrana não está ao abandono, assim como também nada tem a ver com o Programa AGRIS, salientando que já havia explicado neste fórum o que aconteceu com a referida candidatura em que foi apresentada uma contestação a explicar o que aconteceu, sendo que a nova legislação, no âmbito dos Programas Comunitários, já prevê que associações como a ADESA, possam fazer esses serviços, sem ter que recorrer a concursos públicos, pelo que entende que nada foi feito de anómalo. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “eu não vou aqui afirmar taxativamente se a Quinta da Serrana foi ou não abandonada. Agora, o Sr. Presidente imputou aqui responsabilidades ao Clube de Caça e Pesca, eu acho que, a haver esse Protocolo que coloca ao Clube de Caça e Pesca a possibilidade de fazer actividades cinegéticas e de lazer na Quinta da Serrana, e se o Protocolo não está equilibrado em termos de deveres e direitos, é assim, proponha a revisão do protocolo. Agora eu acho é que é incorrecto e desresponsabilizador, o Sr. Presidente da Câmara dizer que o Clube de Caça e Pesca é que devia fazer a manutenção do espaço em termos de limpeza, e com isso eu não concordo. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que “o que eu quis dizer aqui foi que, a Câmara à data que fez o Protocolo viu na Quinta da Serrana “uma pequena mina”, porquê? Tinha lá um pinhal de qualidade que estava semeado/ plantado, e quando foi feito aquele protocolo viu ali a possibilidade de, que alguém que cá estivesse passados alguns anos, poder retirar de lá algum rendimento. Mas esqueceu-se de um elemento fundamental, os fogos florestais. Entretanto, aquele espaço foi invadido por um fogo que destruiu tudo, e o dito pinhal “bestial” acabou por ser vendido por pouco dinheiro. Posteriormente foi desenvolvido o tal projecto de reflorestação, fez-se a reflorestação e fomos para árvores de folha caduca, que provavelmente terá sido um erro porque aquele terreno era bom para o pinheiro, mas é capaz de não o ser para os carvalhos americanos. Ou seja, por isso é que se fez uma primeira plantação em que a maioria das árvores morreu, mesmo sendo regadas com alguma frequência. Não sou especialista no assunto, mas, provavelmente aquele terreno não é o mais indicado para aquela espécie. A segunda plantação já foi feita noutro período, mais cedo, e com o cuidado de ser regada. No entanto, reafirmou a mata tem sido limpa todos os anos. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte “no que diz respeito ao projecto AGRIS sobre o qual o Município foi notificado, a Câmara Municipal foi notificada para a devolução dos meios, e agora fizeram a contestação, mas ainda não há decisão final?”-----

-----O Sr. Presidente respondeu que ainda não houve qualquer decisão, dando conta de que o princípio utilizado pelos municípios que integram a ADESA foi o mesmo, pelo que acredita que também estejam com o mesmo problema, esperando que na CCDRC o assunto seja devidamente resolvido sem que resulte em prejuízo dos municípios. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**1.3.2 – PROGRAMA “OLIVEIRA FINICIA INVISTA +”**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao ponto de situação das candidaturas ao Programa “Oliveira Finicia Invista +”, salientando que “reparei que há promoção do programa de incentivos no site do Município, pelo que aproveitava também para questionar, de que forma é que tem sido divulgado o programa “Oliveira Finicia Invista +”, em que meios de comunicação, e quais são os critérios utilizados para a divulgação deste mesmo programa de incentivo ao investimento no concelho de Oliveira do Hospital”.-----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente deu conta de que, até ao momento, apenas foi apresentada uma candidatura, sublinhando que existiram algumas manifestações de interesse. Explicou que a candidatura apresentada, não reunia condições sob o ponto de vista do licenciamento razão pelas quais foi rejeitada. Quanto à divulgação explicou que tem sido feita via internet, no Boletim Municipal, na Agenda Cultural e em alguns jornais da região.-----

-----**1.3.3 – INTERVENÇÃO NA ÁREA SOCIAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte: -----

-----“Aprovámos aqui um Plano de Emergência Social, um Plano de Respostas Sociais de Emergência, a que demos o nome de Fundo de emergência Social Municipal que tem uma dotação para 2009, creio que na ordem dos 75.000 euros, já aqui apreciamos alguns casos, eu requeria informação, de preferência por escrito, sobre os casos que até ao momento foram apreciados no Fundo de Emergência Social Municipal, os casos sociais objecto de aprovação, o valor atribuído e o motivo ou o objecto para a sua aprovação, os apoios já efectivamente concretizados aos respectivos requerentes beneficiários”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que o Fundo de Emergência Social Municipal é aplicado em função daquilo que são as necessidades das famílias carenciadas. Esclareceu que “aquilo que hoje acontece é que as famílias que estão em situação de carência social são beneficiárias do Subsídio de Desemprego e do RSI – Rendimento Social de Inserção em simultâneo, pelo que, o Fundo de Emergência Social Municipal apenas entra em acção quando se verificam situações relacionadas, quer com obras em habitação, quer com a aquisição de uns óculos, por exemplo, se a família for beneficiária do RSI, e mesmo assim não tiver capacidade para os comprar. Ou seja, apenas entra em acção em situações fora daquilo que são consideradas situações vulgares”, lembrando os casos que foram recentemente apoiados pela Câmara Municipal. Disse ainda que as questões sociais relacionadas com a alimentação e com o vestuário têm estado salvaguardadas através do RSI e do Subsídio de Desemprego daqueles que se encontram nessa situação. Concluiu referindo que “isto não quer dizer que a autarquia não esteja atenta a estas situações para que, em tempo útil, possa actuar sobre situações dessa natureza.” Disse no entanto que a Câmara Municipal também está dependente do trabalho de base e de pormenor realizado pelas Técnicas de Acção Social das diversas IPSS do concelho, razão pela qual já as alertou para que estejam atentas a todos os “fenómenos” que tenham a ver com essa pobreza, e que os tragam ao conhecimento da Câmara Municipal para que este órgão possa actuar em tempo útil e não permitir que no concelho haja, eventualmente pessoas a passar fome. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo relativamente ao Fundo de Emergência Social Municipal referiu que “eu quero alertar pela positiva, neste aspecto, nós estamos a afectar recursos do Município para um fim meritório, e eu acho que o apoio para os extractos da população mais necessitados é inquestionável. Agora, há aqui um conjunto de despesas que têm a ver com a habitação, com necessidades circunstanciais no domicílio, “óculos”, etc., tudo isso é coberto por um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

instrumento chamado PDIAS, que é um instrumento disponibilizado pela Segurança Social a todos os Municípios do distrito de Coimbra. Acho que Coimbra é caso único do país que tem um programa designado PDIAS, o Município de Oliveira do Hospital também tem um programa desses, entregue, e ele não é gerido”, ao que o Sr. Presidente respondeu que é gerido pela Segurança Social, conjuntamente com todas as técnicas de Acção Social das IPSS do concelho. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu entender que o importante era que “o Fundo de Emergência Social Municipal, que aprovei e que há muito tempo tinha alertado e proposto um instrumento deste tipo, portanto estou à vontade e nem sequer tenho nenhuma critica a fazer quanto à necessidade do Fundo de Emergência Social ou ao Plano de Respostas Sociais de Emergência. Agora, a verdade é que existe um PDIAS feito com o dinheiro da Segurança Social para o mesmo fim que o Fundo de Emergência Social Municipal, e por isso é que eu há pouco lhe requeri uma lista dos subsídios atribuídos e das suas motivações. A verdade é que há um conjunto de despesas que podem ser financiadas pelo PDIAS e estamos a afectar recursos do município para a política de acção social que poderiam estar a ser aplicados noutros fins. Este é o meu alerta”. -----

-----O Sr. Presidente referiu entender que o Sr. Vereador José Francisco Rolo está a entrar em contradição explicando que “o PDIAS continua a existir e é gerido pela Segurança Social, e tem em atenção os pedidos que são formulados pelas técnicas, denominados por “Ajudas Técnicas”, e portanto o PDIAS tem situado mais a sua acção ao nível da cedência de fraldas, de óculos e de elementos mais relacionados com a questão da saúde. Depois, para além disso, o PDIAS tem uma verba limitada em termos orçamentais, que é utilizada, e depois pode eventualmente haver reforço ou não haver, e sobre o qual eu posso pedir informação acerca dos pedidos de apoio que foram formulados ao longo deste ano. Agora, entra em contradição porque, quando foi elaborado o Plano e Orçamento para 2009, e foi proposta esta verba, os Senhores Vereadores alegaram que era um valor baixo, disseram-no aqui e na Assembleia Municipal foi reafirmado por deputados eleitos pelo V/ partido. Então, afinal em que é que ficamos. Agora este dinheiro já pode ser utilizado para outra coisa?” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “não há qualquer contradição, é fácil de verificar que o valor do Fundo de Emergência Social Municipal somado ao PDIAS aumenta a capacidade de resposta em termos de Acção Social no concelho”. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que os casos que a Câmara tem estado a apoiar são situações que não são apoiadas pelo PDIAS, ou se o forem, o Fundo apenas as complementa, pelo que entende que não há qualquer duplicação nesta matéria e que no máximo poderá existir complementaridade.-

2 - ORDEM DO DIA -----

-----2.1 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - LICENCIAMENTO DE PROVA DESPORTIVA E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS - PROJECTO CICLOTURISMO 2009 - AGRUPAMENTO BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS-----

D.A.G.F/Proc. 69/4/DOC.2

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 03 de Junho de 2009, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que autorizou o licenciamento do Passeio de Cicloturismo, levado a efeito pelo Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas no passado dia 03 de Junho do corrente ano, na área do concelho de Oliveira do Hospital, e bem assim a isenção do pagamento das taxas inerentes ao mesmo.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.2 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE: -----

-----2.2.1 - MUNICÍPIO DE NELAS-----

D.A.G.F/Proc. 47/9

-----Requer autorização para proceder à divulgação das Festas do Município de Nelas, na área do concelho de Oliveira do Hospital, através de publicidade sonora e colocação de cartazes de 120 cm x 176 cm. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Foi igualmente deliberado nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas, isentar o Município de Nelas do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento.-----

-----2.2.2 - ANTÓNIO MANUEL SARAIVA DA CUNHA -----

D.A.G.F/Proc. 47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, com face única, no seu estabelecimento denominado “BabyCunha – Moda Juvenil”, sito na Rua do Colégio nº 14ª, em Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----2.2.3 - GEORGIO SANDRIN -----

D.A.G.F/Proc. 47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, com face única, três toldos com inscrições publicitárias, e um reclamo luminoso, com duas faces, no seu estabelecimento denominado “Pizzeria Gelateria – Il Peccato”, sito na Rua do Ameal, 16-B, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----2.2.4 - LUCÍLIA MARIA DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES-----

D.A.G.F/Proc. 47/9

-----Requer autorização para colocação de um reclamo luminoso, com face única, no seu estabelecimento denominado “O Naperon”, sito na Rua Conselheiro José Lobo, nº 2ª, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----2.2.5 - NAYTY BAR, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA, -----

D.A.G.F/Proc. 47/9

-----Requer autorização para colocação de quatro placas publicitárias, com face única, no seu estabelecimento, sito na Rua Aurélio Amaro Diniz, cave - C, em Oliveira do Hospital.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----2.2.6 - OLICONTAB - CONTABILIDADE, LDA.-----

D.A.G.F/Proc. 47/9

-----Requer autorização para colocação de duas placas publicitárias, com face única, no seu estabelecimento, sito na Rua Professor Prof. António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, nº24-1º Direito-Frente, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----2.2.7 - WU HAIPING-----

D.A.G.F/Proc. 47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, com face única, no seu estabelecimento, sito no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----2.2.8 – TONY RICARDO ABREU MARTINS-----

D.A.G.F/Proc. 47/9

-----Requer autorização para colocação de quatro placas publicitárias, com face única, no seu estabelecimento denominado “Bola 8 Club”, sito na Rua Prof. António Ribeiro Garcia de Vasconcelos, 28 C, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

2.3 - LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA: -----

-----2.3.1 - GEORGIO SANDRIN-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública, com esplanada, com a área de 10m², junto ao seu estabelecimento denominado “Pizzeria Gelateria - Il Peccato”, sito na Rua do Ameal, 16-B, em Oliveira do Hospital, para o período de 01 de Junho a 31 de Agosto de 2009.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.-----

-----2.3.2 - TERESA VELOSO MENDES, UNIPessoal, LDA.-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública, com esplanada, com a área de 5m², junto ao seu estabelecimento, sito na Praceta Manuel Cid Teles, em Oliveira do Hospital, para o período de 01 de Junho a 30 de Setembro de 2009.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.4 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE DESPESAS PELA ALTERAÇÃO DE RAMAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: -----

-----2.4.1 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GALIZES-----

D.A.G.F/Proc. 30/6-2

-----A Câmara Municipal de acordo com a informação prestada pelo respectivo Chefe de Secção deliberou, por unanimidade e nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas, isentar a Santa Casa da Misericórdia de Galizes, do pagamento das despesas inerentes à alteração do ramal de abastecimento de água relativamente às instalações da Casa São João de Deus, no montante de 189,00 € (Cento e oitenta e nove euros), conforme solicitado, considerando estas despesas no conceito das taxas e tarifas previsto na referida norma regulamentar. -----

2.5 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) AUTARQUIAS:-----

-----A-1) - FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

D.A.G.F/Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **3.000,00 € (Três mil euros)**, como apoio à realização da Sardinhada Popular, que teve lugar no dia 20 de Junho, no âmbito da Semana Popular/2009. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----A-2) - FREGUESIA DE SANTA OVAIA-----

D.A.G.F/Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Santa Ovaia, um subsídio no montante de **6.500,00 € (Seis mil e quinhentos euros)**, como apoio à realização de pequenas obras na freguesia, nomeadamente, construção de valetas e bases para caixotes do lixo, aplicação de uma grade de protecção na Rua Dr. Vasco de Campos, e bem assim como apoio à aquisição de uma máquina de cortar relva. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----A-3) - FREGUESIA DE SÃO GIÃO-----

D.A.G.F/Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de São Gião, um subsídio no montante de **22.500,00 € (Vinte e dois mil e quinhentos euros)**, como apoio ao arranjo da parte exterior da ampliação do cemitério daquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**A-4) - FREGUESIA DE TRAVANCA DE LAGOS**-----

D.A.G.F/Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Travanca de Lagos, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)**, a título de comparticipação nos custos decorrentes com o alargamento e construção de um muro de vedação na Rua da Escola - Zambujeiro, naquela freguesia. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

2.6 - LARES DE IDOSOS - POSTOS DE ACESSO À INTERNET-----

D.A.G.F/DOC.3

-----Por proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com o mapa de custos, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, proceder à aquisição do material informático constante no cenário A do mapa em referência, no montante de **12.124,80 € (Doze mil, cento e vinte e quatro euros e oitenta cêntimos)**, incluindo IVA à taxa legal em vigor, para ofertar aos oito Lares de Idosos do concelho de Oliveira do Hospital. -----

2.7 - CURSO DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO-----

D.A.G.F/DOC.4

-----O Sr. Presidente informou a Câmara Municipal de que a ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, em colaboração com o Município de Oliveira do Hospital, vai levar a efeito um Curso de Sensibilização para o Empreendedorismo, através do qual se pretende *“despertar nos indivíduos com capacidade criativa e inovadora a possibilidade e potencial de transformação de uma ideia em negócio, dotando os participantes dos conhecimentos mínimos para virem a desenvolver competências na área do Empreendedorismo”*, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, assumir os encargos decorrentes da sua realização, no montante de **1.700,00 € (Mil e setecentos euros)**, destinados a cobrir as despesas com os formadores e a documentação a entregar aos formandos, conforme proposta apresentada por aquela Escola, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

2.8 - REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A AGREGADOS FAMILIARES CARENCIADOS-----

-----Considerando que durante o período em que o Regulamento acima identificado foi submetido a apreciação pública, não foram apresentadas quaisquer sugestões sobre o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que, embora não tenha estado presente na reunião ordinária em que o mencionado regulamento foi aprovado, votava favoravelmente a sua



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

submissão à Assembleia Municipal, lembrando no entanto que “o mesmo contempla agora a comparticipação de medicamentos a pessoas idosas, pessoas vitimas de doença crónica e com carência económica, proposta que foi aqui apresentada pelo Sr. Vereador Albano Almeida há uns meses atrás, e que na altura foi rejeitada pelo Sr. Presidente da Câmara”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que a proposta apresentada na altura pelo Sr. Vereador Albano Almeida, era uma proposta genérica, ou seja, para aplicar a todos, sendo que neste caso a intenção é apoiar apenas aqueles que se encontram em situação de carência social. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha confirmou que “nesse momento, o Sr. Presidente da Câmara referiu que essa situação, a comparticipação de medicamentos a carenciados, iria ser incluída no Projecto de Regulamento”. -----

-----O Sr. Presidente concluiu referindo que este Regulamento é abrangente procurando incidir sobre todas as áreas. -----

2.9 - OBRAS PARTICULARES:-----

2.9.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS-----

D.S.T./DOC.5

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 12 e 22 de Junho de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

2.10 - OBRAS MUNICIPAIS:-----

2.10.1 – SOCONGO, LDA - EMPREITADA DE BENEFICIACÃO DA ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/FELGUEIRA VELHA - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO-----

D.S.T./Procº 10/439/DOC.6

-----Presente a carta com o registo de entrada nº 6055, de 16 de Junho de 2009, a solicitar a prorrogação do prazo de execução da empreitada em epígrafe, pelo período de mais 60 dias. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, deferir o pedido. -----

2.10.2 – GRACOVIL, LDA - EMPREITADA DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA A CASAL DE ABADE, PINHEIRINHO, QUINTA DO OUTEIRO E CABEÇADAS - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO-----

D.S.T./Procº 9/122/DOC.7

-----Presente o ofício de referência GR/PB/09/102, a solicitar a prorrogação do prazo de execução da empreitada em epígrafe, pelo período de mais 90 dias, ou seja até 31 de Agosto de 2009. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, autorizar a prorrogação do prazo de execução da empreitada em referência por mais 60 dias, ou seja, até 31 de Julho do corrente ano, e não de Agosto, conforme solicitado, na modalidade de prorrogação graciosa.

2.10.3 - EMPREITADA DE RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA E.M. 509 - NOGUEIRA DO CRAVO / ALDEIA DE NOGUEIRA / OLIVEIRA DO HOSPITAL -



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 16º E SEQUENTES DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS – ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 26 DE MAIO DE 2009-----

D.S.T./DOC.8

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação da Divisão de Obras Públicas Municipais, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, aprovar o aditamento à deliberação tomada em Reunião de Câmara de 26 de Maio de 2009, no ponto 2.8.1 – “Empreitada de Rectificação e Pavimentação da E.M. 509 – Nogueira do Cravo/ Aldeia de Nogueira/ Oliveira do Hospital – Aprovação de Projecto, Caderno de Encargos e Abertura de Concurso” no sentido de proceder à alteração do preço base relativo ao procedimento em referência, o qual passa a ser de 1.260.000,00 € (Um milhão, duzentos e sessenta mil euros). -----

2.11 - OUTROS ASSUNTOS:-----

-----**2.11.1 - ADVIR - ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO E VANGUARDA NA INVESTIGAÇÃO REGIONAL – “CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SOB A SERRA DA ESTRELA E RESPECTIVAS ACESSIBILIDADES”**-----

D.S.T./Proc.10

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 31 de Maio de 2009, remetida pela entidade acima identificada. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**2.11.2 - A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - REGIME APLICÁVEL À CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS APTAS AO ALOJAMENTO DE REDES DE COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS**-----

D.A.G.F./Procº 33/11/DOC.9

-----Presente o ofício circular nº 85/2009-PB, datado de 15 de Junho de 2009, remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento, e adiar uma tomada de posição sobre o assunto para a próxima reunião de Executivo.-----

-----**2.11.3 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.10

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 09 e 19 de Junho de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

4 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----4.1 – ELABORAÇÃO DE UM ROTEIRO TURÍSTICO EM PARCERIA COM TRÊS MUNICÍPIOS - OLIVEIRA DO HOSPITAL/ ARGANIL E TÁBUA-----

-----O Sr. Presidente informou a Câmara Municipal de que se perspectivava a realização de um Roteiro Turístico em parceria com os Municípios de Arganil e Tábua, salientando que “todos se manifestaram favoráveis, sendo que, aquilo que se pretende é dar maior consistência em termos turísticos ao próprio projecto, realçando os aspectos patrimoniais e culturais mais importantes dos três concelhos”. Deu ainda conhecimento de que será a ADESA, mediante uma transferência de verbas, a promover os procedimentos para o efeito. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo interveio referindo que “acho que assumir este Roteiro Turístico é um passo positivo, e é um passo evolutivo, também no entendimento do Sr. Presidente da Câmara que há semanas atrás não era favorável a roteiros turísticos e queria pôr os turistas a investigar sem roteiro o concelho”, ao que o Sr. Presidente referiu que continua a ter o mesmo entendimento de sempre, lembrando que já na altura em que o Município de Oliveira do Hospital integrava a Região de Turismo da Serra da Estrela, defendia que fosse realizado um trabalho deste género, ou seja um roteiro simplificado e não “maçudo”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu ainda que “se verificar as propostas para a criação de um Roteiro Turístico do concelho e a sua integração na região, no início deste mandato, está lá precisamente este espírito, agora, saúdo a mudança da parte do Sr. Presidente da Câmara”, ao que o Sr. Presidente referiu que “há muito tempo que defendo isto. No âmbito da Serra da Estrela foram feitos dois ou três estudos sobre turismo, no âmbito da Região de Turismo do Centro foram feitos também uns dois ou três estudos, e nem sequer era colocada esta hipótese. -----

-----4.2 – ARCIAL – ARRENDAMENTO DE INSTALAÇÕES-----

-----Considerando que parte do edifício do antigo liceu sito na Rua do Colégio, nº 3, em Oliveira do Hospital, propriedade do Município, se encontra há muito cedida à ARCIAL; considerando que aquela Associação aí desenvolve regularmente actividades de formação profissional; a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, arrendar-lhe três salas daquele edifício pela importância de 150,00 € (Cento e cinquenta euros) cada, totalizando 450,00 € (Quatrocentos e cinquenta euros) por mês, destinadas a actividades de formação profissional dos seus utentes, com efeitos a partir 1 de Janeiro de 2009. -----

5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

5.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

-----5.1.1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE-----

D.A.G.F

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal de que terminou o prazo para apreciação pública do Projecto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, explicando que ainda não foi presente em reunião de Câmara em virtude de terem sido colocadas questões ao nível da constitucionalidade da própria Lei, pelo que o executivo em permanência entendeu que se deveria aguardar pelo cabal esclarecimento por parte da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, e eventualmente, da tutela. Disse que, no entanto, o Projecto de Regulamento foi desenvolvido, pelo que, se nada houver a opor basta ser presente em reunião de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara a fim de ser submetido à Assembleia Municipal. E que tal não obsta a que funcione este órgão Consultivo para a política de Juventude em virtude de ele já existir, desde 2002, no Município de Oliveira do Hospital Esclareceu ainda que recebeu um contacto do IPJ – Instituto Português da Juventude de Coimbra no sentido de saber qual era o ponto de situação, ao que foram devidamente informados sobre a mesma. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**5.1.2 – ADI – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL - DESFILE DE MODA DE BOBADELA – CASTING**-----

D.A.G.F

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu ainda conhecimento à Câmara Municipal de que a ADI, tendo em vista a realização do Desfile de Moda no próximo dia 17 de Julho na Bobadela, efectuou um *casting*, onde participaram cerca de sete dezenas de jovens, considerando que, apesar de ter sido desenvolvido num dia de semana houve bastante adesão por parte dos mesmos, dando conta que o resultado do referido *casting* será divulgado em tempo oportuno. Esclareceu ainda que a Agência não interferirá nessa escolha, uma vez que a selecção será feita pela empresa que fará a produção de moda do dito desfile.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

-----**CONCLUSÃO DA ACTA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e trinta e cinco minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 23 de Junho de 2009-----

Presidente _____

Vereadores _____



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
23 DE JUNHO DE 2009**

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
23 DE JUNHO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**